



O PCdoB e a Guerrilha do Araguaia: a memória dos desaparecidos políticos

The PCdoB and the Guerrilla of Araguaia: the memory of the political disappeared

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/UFT. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutor em ciência política pela UFPel.

E-mail: cesarpolitika@gmail.com

Mauro Meirelles

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-doutorando em ciências sociais pela UNISINOS.

E-mail:

mauromeirelles@icloud.com.

Resumo

O Brasil, entre os anos 60 e 80, viveu um período de ditadura militar com severos arbítrios por parte deste regime, com assassinatos e desaparecimentos de presos políticos. Podemos dizer que entre os vários arbítrios cometidos um dos mais graves é o fato da ocultação de cadáveres dos opositores políticos, sendo este um crime de lesa-humanidade e que ainda não foi solucionado. Desaparecidos e mortos que ainda vivem nas lembranças e nas memórias dos familiares que aqui deixaram e que buscam, junto ao Estado, um desfecho para tais óbitos, em tese presumidos; mas que não fora, de fato, reconhecido pelo Estado. O presente texto possui como objetivo principal o modo como os familiares dos desaparecidos políticos lidaram com a morte destes, uma vez que estes não puderam realizar a passagem fúnebre tradicional. Portanto, este texto se ocupa deste contínuo estado de luto dos familiares destes desaparecidos e o modo como estes lidam com a morte, buscando reparações e justiça junto ao Estado. Para isso, apoiamos nossa análise em trabalho de campo realizado junto a estes familiares, de relatos e histórias de vida ligadas a estes militantes políticos comunistas. Nosso lócus privilegiado de estudo reside, especialmente, nos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, palco de luta efetivado pelo PCdoB no norte do Brasil (Tocantins) e que possuem familiares na região Sul e Sudeste.

Palavras-Chaves: PCdoB. Guerrilha do Araguaia. Ditadura Militar. Desaparecidos políticos. Reparações do Estado.

Abstract

Brazil between the 60s and 80s lived a period of military dictatorship with severe arbitrariness on the part of this regime, with murders and disappearances of political prisoners. We can say that among the various arbitrations committed one of the most serious is the fact of the hiding of corpses of political opponents, this being a crime of lese-humanity and that has not yet been solved. Disappeared and dead who still live in the memories and memories of relatives who left here and who seek, together with the State, an outcome for such deaths, in presumed thesis; but which was not, in fact, recognized by the State. The main objective of this text is the way in which the relatives of the disappeared politicians dealt with their death, since they could not carry out the traditional funeral procession. Therefore, the

present text deals with this continuous state of mourning of the relatives of these disappeared people and the way in which they deal with the death, seeking reparations and justice next to the State. To this end, we support our analysis of field work carried out with these relatives, of stories and life stories linked to these communist political militants. Our privileged locus of study resides, in particular, in the political disappears of the Guerrilha do Araguaia, a stage of struggle carried out by PCdoB in the north of Brazil (Tocantins) and with relatives in the South and Southeast.

Keywords: PCdoB, Araguaia Guerrilla. Military dictatorship. Disappeared politicians. State reparations

Introdução

O Brasil, durante um período de 21 anos, viveu sob uma ditadura militar, que foi do ano de 1964 ao ano de 1985. Foi um período em que houve severos arbítrios contra os direitos humanos com prisões generalizadas, torturas, mortes e desaparecimentos de corpos dos opositores do regime militar. Porém, a passagem da ditadura militar para a democracia não foi uma passagem fácil, principalmente, para as vítimas do regime militar e, neste caso, especialmente, para os familiares que tiveram entes queridos entre mortos e presumidamente desaparecidos políticos.

Este artigo trilha este percurso histórico, visando cobrir estas fases do arbítrio do Estado no que condiz aos mortos e desaparecidos políticos e como as famílias conseguiram, ou não, (re) significar a dor de possuir um ente familiar entre os desaparecidos políticos. Portanto, temos como investigação principal examinar a forma que as famílias lidaram com a morte presumida de seu filho (a), marido/esposa, irmão (ã), pais e mães durante o percurso da ditadura militar. Em virtude de ser um período muito longo a ser pesquisado com muitos eventos, fatos e personagens, trabalharemos, exclusivamente, com o lócus de pesquisa acerca da Guerrilha do Araguaia efetivada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), evento político que se desenvolveu entre 1972-1975 na Região do Bico do Papagaio, entre os estados do atual Tocantins e do Pará.

A fim de efetivar esta pesquisa com tamanho distanciamento temporal e geográfico, essa análise implicou enquanto percurso metodológico, tanto no que condiz a reconstrução histórica quanto a respeito dos dados mais significativos do período, em entrevistas com os familiares e participantes da guerrilha. Igualmente, realçamos que esta pesquisa reflete o percurso de um trabalho de campo mais aprofundado, tanto de observação, acompanhamento e entrevistas, principalmente, em três estados do Brasil: Pará, Tocantins e Rio Grande do Sul, de modo a poder acompanhar os laudos da expedição da Comissão da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, assim como entrevistar depoentes que possuem entes familiares entre os desaparecidos políticos.

Entre os marcos teóricos a ser trabalhados, dando sustentação à pesquisa, procuraremos dialogar com a memória (POLLACK, 1989; NORA, 1997; BOSI, 1994, HALBWACHS, 1990), enquanto momento de reflexão da lembrança dos que partiram, e do lugar vazio deste enquanto personagens físicos - vivos e presentes na memória dos que ficaram. Igualmente, torna-se fundamental enfatizar a noção da importância das cartas que eles escreveram para a família (GOMES, 2004), enquanto objeto de análise, a fim de dar tangibilidade da presença dos personagens que se foram, bem como materialidade da lembrança. Ainda, estas cartas tornam-se, além da materialidade das lembranças, também objeto de circularidade de informações e resistência entre familiares nas trocas de informações, com o intuito de buscar a localização dos seus entes desaparecidos. Neste sentido esta pesquisa considera:

[...] que a história deve resgatar as histórias de vida, as dores e as intensidades subjetivas, deve também, problematizar a memória, sem jamais recusar a aproximação com a mais (aparentemente) incompreensível destruição. É preciso que cada documento da barbárie seja recuperado, estudado, criticado, entendido, conservado, arquivado, publicado e exposto, de forma a tornar a história uma forma presente de resistência e de registro digno dos mortos, muitos sem nome conhecido e sem túmulo (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 139).

A fim de abordarmos o nosso campo empírico, informamos que iremos trabalhar no seguinte percurso histórico: 1) Anos 70, período em que os guerrilheiros foram mortos e que houve o desaparecimento dos corpos durante a Guerrilha do Araguaia; 2) Anos 80, após o período da Anistia, em que os presos políticos e os exilados voltaram para as suas casas, mas não os desaparecidos políticos, evidenciando a continuidade de um trauma; e 3) Anos 90 e 2000, momento em que houve as primeiras reparações pelo Estado, assumindo a morte presumida dos desaparecidos políticos. A fim de dialogar com um período histórico amplo, cumpre realizar brevemente um histórico acerca do PCdoB – partido que organizou a Guerrilha do Araguaia, a fim de entender quais as motivações e porque foi empreendida essa luta no Norte do Brasil, fato este que ocasionou diversos mortos e desaparecidos políticos.

Brevíssimo histórico do PCdoB e da Guerrilha do Araguaia

O surgimento do Partido Comunista do Brasil dá-se como reflexo das lutas surgidas no país, no final do século XIX e início do século XX, principalmente entre grupos socialistas dispersos e elementos do anarco-sindicalismo, muito fortes no período. Também, é relevante destacar a força motriz e a influência impulsionadora da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, como exemplo para a consecução de um partido com caráter comunista na cena política brasileira, sendo este fundado O PCDOB E A GUERRILHA DO ARAGUAIA... | César Alessandro Sagrillo Figueiredo | Mauro Meirelles

em 1922. Primeiramente, torna-se relevante esclarecermos o seguinte: o partido nasce com o nome oficial de Partido Comunista do Brasil e utiliza-se institucionalmente ao longo do seu percurso, inclusive em eleições da sigla PCB.

Desde o seu nascedouro o partido sofreu severas perseguições, tendo no imediato ao fim do Estado Novo, em 1945, um breve período de legalização partidária, tomando impulso e constituindo uma expressiva bancada de comunistas eleitos (CARONE, 1982; CHILCOTE, 1982). Porém, a política de legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) não perdurou por muito tempo, uma vez que logo voltaria a ser cassado, em 1947, ou seja, entraria novamente na clandestinidade.

No período subsequente, de clandestinidade, começaram a se estruturar as primeiras grandes fraturas e/ou divergências no seio comunista, talvez um dos pontos de partida seja o ano de 1956, no qual Kruchev anunciou os crimes atribuídos a Stalin, dando suporte e debates para incontáveis e acaloradas discussões (SILVA, s/d). No início da década de 60 essas fissuras se cristalizaram, pois em virtude dos debates acerca das denúncias ocorridas, bem como das resoluções dos Congressos que se seguiram, ocorre o advento do V Congresso do Partido, realizado em 1960 - resultado: somado estes fatos que se arrolaram ao longo dos anos 50 e início dos 60, com outros fatores conjunturais e particulares da política brasileira, no período, o partido decidiu mudar o seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Tal atitude fora, obviamente, duramente atacada pelo grupo que decidiu manter e refundar o Partido Comunista do Brasil, sendo que na visão destes não foi um racha, mas uma continuidade às políticas históricas que deveriam ser mantidas. Assim, além da manutenção do nome, institucionalizaram-se politicamente a partir deste momento com a sigla PCdoB. (SILVA, s/d).

Do lado da cisão oponente, o PCdoB acusava de revisionismo e traição do partido e do legado original do marxismo-leninismo os que constituíram o PCB, estabelecendo-se uma luta entre os dois partidos. Oficialmente, em fevereiro de 1962, numa Conferência Nacional Extraordinária é reorganizado o Partido Comunista do Brasil. Porém, a tentativa de reorganização partidária esbarrou no golpe militar de 1964, no Brasil, que além de manter o PCdoB na mais absoluta clandestinidade o perseguia com o intuito de aniquilá-lo. O PCdoB estabelece a seguinte linha tático-estratégica de orientação maoísta após o golpe militar com vista a combater o regime ditatorial:

A concepção da guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas. Implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal dos choques armados é o interior do país e que a luta será dura e prolongada. (PCdoB, Documentos Históricos, 2000, p. 112).

Podemos depreender, da análise acima, que o PCdoB, num primeiro momento, lançou os seus esforços para a luta revolucionária, que ficou conhecida como a Guerrilha do Araguaia. Assim, num primeiro momento de luta organizativa o Araguaia tornou-se o centro da linha tático-estratégica do partido, pois no ano de 1966 começaram a chegar os primeiros militantes comunistas na região, a fim de organizarem a luta. Porém, no ano de 1972 o local fora descoberto pelas forças armadas e cortaram a comunicação do Comitê Central do Partido com a direção militar da guerrilha. O PCdoB possuía três bases na região Centro-Norte do país e contava em torno de 60 militantes, obviamente, a força militar foi imensamente superior ao efetivo de combate dos comunistas.

A guerrilha durou de 1972 a 1975, quando foi totalmente aniquilada pela repressão, pouquíssimos militantes presos sobreviveram, maioria esmagadora fora assassinada e constam na lista de desaparecidos políticos oficiais do Brasil. Realçamos que a região do Araguaia, no norte de Tocantins e sul do Pará, fora a região escolhida pela direção PCdoB para ser o palco da luta estratégica do PCdoB, porquanto esta era uma região de complicado acesso, no meio da Floresta Amazônica, o que tornava ainda mais difícil para os militantes serem descobertos neste local. Ainda, era uma região composta por um movimento contínuo de trabalhadores rurais, zona de grilagem de terra e conflitos agrários, com um grande atraso, tanto econômico quanto cultural, em relação aos grandes centros urbanos. Ou seja, seria a região ideal para fomentar um conflito e buscar uma insurreição armada (PORTELA, 1980).

Os militantes do PCdoB começaram a ser deslocados muito calmamente já no ano de 1966, a partir da discussão e aprovação dos documentos da 6ª Conferência. Alguns militantes chegavam diretamente do exterior, de cursos militares realizados na China. Foram formados três destacamentos: A, B e C, com o intuito de receber os militantes que lá chegavam. Destaca-se que, no curso da luta política no Brasil e com o aprofundamento dos instrumentos coercitivos da ditadura militar (AI-5), o Araguaia se tornava um refúgio, quase que natural. Pois, com os militantes cassados nas cidades e as cidades cercadas, sobrava pouco espaço para continuar a luta no meio urbano. O partido não impunha aos militantes a ida para o Araguaia, mas expunha-lhes os documentos partidários, colocando a par e ofertando, literalmente, um novo campo de luta, enfatizando que era uma ida sem volta, pois precisavam manter segredo da região aonde iria se deflagrada a luta (IDEM, 1980).

A partir de 1969 as lideranças estudantis mais “queimadas” pela repressão são deslocadas para a região. Um trabalho duro e árduo, tanto no trajeto quanto pela adaptação na região. Os militantes comunistas tinham as seguintes atribuições: 1) Legais: se passar por moradores da região como novos posseiros, onde criava-se uma pequena comunidade de moradores egressos do centro do país, chamados pelos moradores da região como paulistas; e, 2) Ilegais: treinar militarmente na região O PCDOB E A GUERRILHA DO ARAGUAIA... | César Alessandro Sagrillo Figueiredo | Mauro Meirelles

(floresta amazônica) e tentar construir um trabalho político junto aos moradores da região. Ou seja, de acordo com as máximas do maoísmo, deveriam viver como os agricultores, sofrer como os agricultores, sentir como agricultores, para que os mesmos se sentissem iguais aos paulistas e, deste modo, garantir o avanço político no curso da luta que pretendiam desenrolar.

Obviamente que a adaptação na região era extremamente penosa para a maioria de jovens estudantes universitários, totalmente deslocados do seu meio urbano. No entanto, eles iam a duras penas conquistando o respeito dos moradores da região do Araguaia, já que muitos faziam uso da sua profissão de origem no meio rural como médicos, enfermeiros e professores, além de serem “formalmente” agricultores, criando assim, de certa forma, uma simpatia junto aos moradores da região. A região do Araguaia, antes do foco da luta, segundo as estimativas do PCdoB, chegou a ter em torno em torno de 69 militantes distribuídos nas três regiões.

Em abril de 1972 começava a chegar na região as forças militares com o intuito de desarmar os guerrilheiros do PCdoB. Chegava na região um exército muito mal preparado, ainda sem noção de como agir num conflito no meio da floresta amazônica; sendo que, quanto aos militantes comunistas, estes estavam regularmente treinados e adaptados à região. Assim sendo, por mais poderio militar que as tropas das forças armadas tivessem, não foi possível efetivar, neste primeiro momento, uma boa incursão ao local da guerrilha. Os guerrilheiros, mesmo que de maneira rudimentar, se prepararam adequadamente criando silos no meio da floresta para esconderem a sua produção agrícola visando alimentar-se no período da guerra, assim como buscavam conquistar uma singela base de apoio junto à população da região, que embora não se incorporasse a luta criariam o amparo necessário para escondê-los da polícia. Realidades muito adversas, porque o efetivo das forças militares foi contado aos milhares, para um reduzido exército guerrilheiro: sobrou o massacre e a ocultação dos corpos.

Anos 70 – a ausência dos que se foram

Conforme já enfatizado, os anos 70 marcaram o auge do arbítrio da ditadura militar no Brasil, período em que qualquer pessoa que ousasse ir contra o regime militar poderia ser presa, torturada e assassinada. A ditadura militar, num primeiro momento, procedeu uma escalada de prisão e tortura generalizada, muitas vezes com assassinato dos seus oponentes. Mas, ainda não havia a institucionalização por parte do Estado, da prática sistêmica da pena de morte e a ocultação de desaparecidos políticos. Estas práticas somente foram institucionalizadas como política de Estado a partir da ofensiva dos grupos de guerrilha nos anos 70 (GASPARI, 2002). Podemos dizer que houve dois fatos marcantes: 1) Primeiramente, os sequestros dos embaixadores estrangeiros com o intuito de

troca de presos políticos no início dos anos 70, fato este que fez aumentar a ira da corporação militar e sentenciar com pena de morte os oponentes banidos do regime militar, justamente para não dar chance que os banidos pudessem voltar para ao Brasil clandestinamente para retomar à luta; e, 2) Posteriormente, a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), em virtude da sua manutenção e do êxito momentâneo da luta numa região muito distante do Brasil. Nesse sentido, a guerrilha além de ser abafada pela corporação militar deveria, obrigatoriamente, ser aniquilada de forma sumária e esquecida, a fim de não haver divulgação nos grandes centros do Sul e do Sudeste, justamente para não servir de exemplo.

Podemos perceber da crueldade da corporação militar na ênfase para que não houvesse opositores vivos, igualmente para que qualquer tentativa de luta fosse definitivamente apagada dos registros da história. Foi um período de uma luta desigual entre as forças da reação do regime militar e os militantes de esquerda que pretendiam empenhar algum tipo de luta para combater o regime militar. O que restou foi uma “memória oficial” (POLLAK, 1989) forjada pela ditadura militar com os oponentes sendo considerados os terroristas que pretendiam romper com a ordem e o *status quo*: os meios de comunicação estavam severamente censurados prevalecendo a “história oficial” da ditadura. Qualquer morte que houvesse dos opositores os jornais e as televisões eram obrigados a noticiar que fora troca de tiros entre terroristas e forças militares, dito de outro modo, era a maneira de ocultar todas as formas de violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado, através um “teatro da repressão”, uma vez que matavam o oponente/guerrilheiro pela tortura e o apresentavam morto pela imprensa como se fosse uma troca de tiro.

Os corpos dos mortos eram entregues às famílias em caixões lacrados, para não verificarem o estado dos corpos. No entanto, pela luta da família, muitas vezes conseguiam burlar a sanha da polícia e ver o estado dos corpos dos seus familiares cheios de hematomas e escoriações, demonstrando, de fato, que houvera a tortura antes do assassinato. Porém, nada podia ser dito e nada podia ser divulgado, pois viviam na mais completa censura e a família era vítima de ameaças constantes pela corporação militar, uma vez que possuíam um membro da sua família como oponente do regime militar. Realçamos inclusive que era praxe prender toda a família, mesmo que esta não fosse militante; obviamente, sobrava tortura para todos os membros da família, seja física ou psicológica, com o intuito de pressionar o alvo principal (militante) e extrair informações sobre a sua organização mediante tortura: era o Estado acima dos direitos humanos.

No caso das torturas seguidas de morte e desaparecimento restava o silêncio por parte da corporação militar, como se o militante desaparecido nunca estivesse estado nas dependências militares. Em síntese, havia uma negação completa para os familiares conseguirem a identificação do

percurso do que ocorrera aos seus filhos e mais grave ainda, onde foram enterrados os corpos. Tal fato torna-se um elemento de extrema crueldade para a família, pois implicava num percurso macabro e sem respostas: Onde está o meu filho? O que aconteceu a ele? A quem recorrer se foi a própria polícia política que o assassinou? Perguntas sem respostas que longe de serem respondidas causavam um temor ainda maior à família, já que o ato de perguntar pelo familiar desaparecido poderia gerar prisão à família, pois estavam indo contra a versão oficial do Estado, que em linha gerais eram as seguintes: Não sabemos, nunca esteve aqui, seu filho é um terrorista e continua sendo procurado. A quem recorrer se a imprensa estava calada?

Neste percurso, havia muitas contradições, bem como muitas informações com a intenção de confundir a família. Uma vez que, os pais e as mães iam à busca de seus filhos e não encontravam respostas, muitas vezes a polícia, com o intuito de despistá-los, lançavam cartas falsas assinadas pelos seus filhos endereçadas do exterior, a fim de dar a entender que estes estavam no exílio; ou seja, não seria a ditadura a culpada do seu desaparecimento (CARVALHO, 1998; GASPARI, 2002). Tal fato evidenciava não apenas a real intenção da ditadura em ocultar os cadáveres, assim como os requintes de crueldades para confundir e atrapalhar as pistas que pudessem evidenciar algum indício onde encontrava o seu filho morto.

No caso da Guerrilha do Araguaia estes elementos funcionaram com mais força ainda, porquanto era uma região, conforme evidenciando, de difícil acesso no Norte do país; fato este que deixava ainda mais perdida qualquer tentativa de buscar restituir um laço e um fio de esperança entre os familiares. Especificamente na Guerrilha do Araguaia, os militantes do PCdoB, que foram deslocados para a região, se despediam da família, sem informar para onde iriam, haja vista nem eles mesmos sabiam onde era operacionalizada a área estratégica do PCdoB. Despediam-se da família, dando a entender que cumpririam uma ação política em outro lugar do Brasil, sem dizer onde e o que fariam ao certo. Já, no caso dos militantes que a família tinha noção da sua atividade política e/ou já estavam sendo procurados pela polícia política, podiam mandar cartas com a anuência do partido, conforme podemos ver na citação da guerrilheira Luzia Reis.

O regional colocou as opções: você pode ficar clandestina na cidade, correndo risco de ser presa ou vai para outra área do Partido. Uma área que tem ida, mas não tem volta. Significava que você deveria morar lá. E não podia ficar voltando para a cidade. Nesse período, passaram a ocorrer outras prisões de pessoas conhecidas nossas, de várias organizações. Optei por ir para essa área especial, sabia que era um tipo de atividade totalmente diferente, mas não tinha ideia clara [...] disseram que era uma viagem sem volta, que eu podia de vez em quando fazer uma cartinha e não podia ficar indo e vindo para a área, caso quisesse. Falou também, que os revolucionários não deveriam temer os sacrifícios e os riscos, e que as comodidades das cidades deveriam ser substituídas pela vontade de se integrar à luta do povo e se eu estaria disposta (REIS apud SOUSA, 2011, p. 71-2).

Também, havia outros casos em que a família não tinha noção das suas atividades políticas clandestinas, ou seja, os militantes se despediam da família ocultando as suas verdadeiras intenções políticas, dizendo que iriam trabalhar em outra região do Brasil. Tal objetivo tinha como intenção proteger a família se ocorresse a descoberta da sua identidade pelos militares. Assim, tais estratégias poupavam os seus entes queridos de sofrerem maiores represálias, porque não sabiam nada do que estava ocorrendo de real com as suas atividades políticas.

Portanto, a saudade da família era contornada via cartas (quando permitidas) e, a respeito desta questão, a direção do PCdoB adotava a seguinte estratégia: Eles podiam escrever as cartas para a família, mas não podiam colocar o endereço onde estavam justamente como intuito de resguardar a operação que se desenrolava no Araguaia como ultrassecreta. As cartas eram juntadas com os guerrilheiros e distribuídas até ser entregues, em mãos, para as famílias, ou mesmo postadas pelo partido numa grande capital com um endereço de destinatário fictício. Neste sentido, a família tinha vaga noção de como estavam os seus filhos e irmãos, mesmo com o local muitas vezes ignorado. As cartas vinham cheias de saudades, obviamente, não dando indicativo do que realmente estavam fazendo, mas acenando com um possível retorno através de palavras simbólicas (MONTEIRO, 2005).

Desta forma, procedia a comunicação durante o início da implantação dos guerrilheiros no meio rural, enquanto ainda viviam próximas as cidades ribeirinhas do Araguaia; porém, tão logo venha a ser descoberta a área estratégica da guerrilha toda e qualquer forma de comunicação fora sustada e as cartas começaram a escassear. Conforme relato de familiares em entrevistas de pesquisa, de uma hora para outra as cartas cessaram de vir e não sabíamos o que estava acontecendo, era o depoimento mais enfatizado. E não sabiam mesmo, pois como havia uma censura implacável nada vazava na imprensa e nesse sentido não se sabia o que estava acontecendo no Norte do Tocantins e no Sul do Pará.

As cartas cessaram e tão logo começaram as perguntas: Onde estará meu filho? Era a pergunta que não parava na cabeça dos pais; ao mesmo tempo, eles tinham medo de ir à polícia pedir informações, visto que isso poderia revelar o esclarecimento da verdadeira identidade dos filhos, ou seja, que eles eram militantes comunistas, estigma que poderia igualmente assolar a família, redundando em prisões e torturas. Também, poderia ocorrer que o filho não estivesse morto, mas clandestino em alguma região do Brasil; portanto, o fato de procurá-lo legalmente na polícia também poderia representar uma caçada aos seus filhos se estes ainda estivessem vivos. Em síntese, a família estava com as mãos amarradas e a mercê da “história oficial” da ditadura e que possuía as seguintes respostas prontas: Nada a declarar, nada sabemos, nada ocorre de errado no Brasil, uma vez que era o período do denominado “Milagre Econômico Brasileiro”. Logo, para os que ousaram lutar contra a ditadura sobrava o banimento e o exílio: Brasil, ame ou deixe-o!

Grosso modo, podemos dizer que a noção de cidadania foi totalmente extirpada nesse período, pois não se tinha as noções básicas do direito civil - condenavam as pessoas à morte, bem como não se apresentava o direito político - havia o banimento político das pessoas. Como poderiam buscar os direitos junto ao Estado, se não podiam exercer plenamente a cidadania. Ainda, conforme já realçado, apenas poucas famílias sabiam que os seus familiares tinham ido para a Guerrilha do Araguaia, particularmente por possuírem vínculo orgânico partidário com o PCdoB. Neste caso, sabiam das mortes e dos desaparecimentos ocorridos, mas igualmente não podiam ir à polícia reivindicar os corpos, porque isso representava também se entregar a si mesmo para a polícia.

Após mortes, exílios e prisões, no final dos anos 70 começaram a ser ventiladas, ainda como muito parcimônia, e sofrendo uma série de sanções da polícia, as primeiras informações acerca da Guerrilha do Araguaia na imprensa alternativa do período (final dos anos 70). Não raro a equipe do jornal era presa ou o jornal também apreendido, mas começaria a causar grande estardalhaço quando começou a circular a notícia nos jornais da grande imprensa. A notícia mais impactante veio com o livro de Fernando Portela, *Guerra de Guerrilha no Brasil* (1980), que primeiramente saiu como uma grande reportagem na imprensa alternativa e somente depois saiu surpreendentemente em forma de livro.

Devemos ratificar que além desse livro trazer na íntegra os fatos ocorridos, ainda trazia entrevista com o ex-guerrilheiro José Genoíno. Neste livro, revelavam-se os mortos e os desaparecidos pela primeira vez. Foi um grande baque, tanto para a ditadura que pretendia criar a sua “História Oficial” que nada ocorrera, quanto para as famílias informando que os seus filhos podiam estar definitivamente mortos. Realçamos que não havia o nome de todos os personagens assassinados envolvidos, assim como havia ainda alguns com codinomes e sem identificação, fazendo com que muitos familiares tivessem esperanças que seus entes continuavam vivos.

Anos 80 – a ausência dos que não voltaram

Em 1979 houve a Anistia política, onde as prisões foram abertas e os presos políticos puderam voltar para casa, assim como os que tinham se exilado puderam retornar do exterior. Para os que estavam clandestinos no próprio Brasil puderam também restabelecer os seus elos familiares e voltarem para o seio da sua família. Mas, faltavam personagens e novas perguntas eram feitas pelas famílias: Onde estão os guerrilheiros do Araguaia? Podemos, então, dizer que a Anistia foi o último fio de esperança real que se perdeu acerca da volta dos filhos, pois muitos pais e mães acreditavam que com a Anistia política poderia ocorrer a volta para casa dos filhos e retomarem a sua rotina de vida junto à

família. Porém, de acordo com as entrevistas realizadas com as famílias dos desaparecidos políticos, sempre restava um fio de esperança, uma vez que a ditadura militar editara a Anistia e não o fim da ditadura em si; portanto, os filhos e irmãos poderiam estar (na cabeça de muitos pais) ainda vivos em algum lugar do Brasil e não retornavam com medo represálias: Ledo e cruel engano.

Em 1980, por iniciativa de uma rede informal que se estabeleceu entre parentes de desaparecidos políticos do Araguaia, foi empreendido uma primeira expedição de familiares em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (AOB), na região do Araguaia, a fim de procurarem os filhos desaparecidos. A expedição contou também com o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), assim como militantes do PCdoB sobreviventes que acompanharam com o intuito de ser a ligação entre a família e a população. Foi um momento emocionante para a família por inúmeros motivos: 1) Primeiramente, por terem escutado da população camponesa da região que os seus filhos realmente viveram naquele ambiente e que, definitivamente, foram mortos e enterrados em valas ocultas; e, 2) Em segundo lugar, que os seus filhos eram pessoas queridas pela população e que deixaram saudades pelos serviços comunitários que prestaram como médico, como enfermeiro, professora, dependendo da profissão de origem que os mesmos tinham na cidade. Ou seja, profissão estas extremamente necessárias e úteis no meio rural para uma população extremamente carente (SOUSA, 2011).

Este momento foi, efetivamente, o fim da esperança e o início do momento do luto que se transformou em luta. Dito de outro modo, era o momento de aceitar que o seu filho morreu e transformar o luto em bandeira de luta para descobrir onde e como morreu e, especialmente, onde está enterrado os seus corpos: seria a dor transformada em bandeira de luta. Desta situação, o que ficou de mais nítido foi a politização da família, pois uma família em que não se tinha participação ativa de luta contra a ditadura, passou a participar efetivamente, visando a busca do esclarecimento da morte dos seus familiares e objetivando responsabilizar o Estado pelos crimes cometidos. No Brasil, assim como na Argentina, quem empunhou essa bandeira de luta com mais veemência foram as mães pela busca intransigente dos seus filhos mortos e desaparecidos políticos (PAIVA, 1996; AUTRAN, s/d).

Efetivou-se a passagem da ditadura militar em 1985 para um presidente civil eleito, por um colégio eleitoral, mas não era o candidato da esquerda e tampouco o candidato que responderia a respeito dos crimes da ditadura militar. A passagem para a democracia não sanou essas feridas, já que preferiram, neste momento, esquecer para conciliar: foi a política do esquecimento, mas não para o país: como se esquecer dos filhos que morreram? Como acabar com o luto se meus filhos não foram velados e enterrados? Perguntas que continuavam não calando essas mulheres em lutas na defesa da memória dos seus filhos. Nesse sentido, se o Estado não apresentava respostas, começaram a timidamente a sociedade civil a se articular com os primeiros grupos Tortura Nunca Mais, que tinha

como função a denúncia da ditadura militar, da tortura e dos desaparecidos políticos. Ainda, é relevante destacar que começava a haver uma articulação informal entre as famílias por meio de cartas e relatos (SOUZA, 2011), como se fosse uma troca logística de informações para localizar os corpos, pois o Estado mantinha-se calado a respeito: a “História Oficial” se petrificava, mesmo com o clamor das famílias.

No outro polo oposto, o PCdoB conseguiu sair da clandestinidade em 1985 e se reorganizar politicamente; assim sendo, nesse processo, começava a ser divulgado com mais liberdade as primeiras notícias da Guerrilha do Araguaia, com um quadro mais completo de quem morreu e quem estava desaparecido. Seria neste período a construção da “História Institucional” do partido, fazendo dos que tombaram com armas nas mãos serem alçados a figura de heróis do povo brasileiro. Em síntese, se antes tínhamos apenas a “História Oficial” manipulada da ditadura militar, neste período começava a ser audível a voz do PCdoB e do que realmente aconteceu com os seus militantes. Porém, devemos registrar que o PCdoB, bem como a esquerda em geral, ainda era voz subalterna pouco audível, pois não tinha espaço para reverberação do seu discurso, suas demandas e seus dramas. Conforme relatado, solapava com muita força ainda a cultura do esquecer para reconciliar e, toda tentativa de esclarecimento, era tida como revanchismo pela corporação militar que voltara para o quartel, mas continuava de prontidão e impondo sanções.

Com a constituição de 1988 houve a tentativa de uma revisão da Anistia, porém sem sucesso, porque havia muito forte ainda os enclaves da ditadura militar na nascente democracia brasileira (ZAVERUCHA, 1992). Sobrava pouco para as famílias, além do apoio do círculo restrito de vítimas do período, havia apenas o apoio de companheiros sobreviventes que estiveram presos e reconheciam os corpos dos guerrilheiros mortos por fotos durante as sessões de tortura. Também, começavam a ocorrer o reconhecimento institucional simbólico pelo PCdoB de seus heróis, embora fossem mitificados como tal as homenagens não traziam os seus filhos novamente para a vida junto das famílias. Neste ponto, o PCdoB começava a construir uma política efetiva de reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos do Araguaia, com diversos vereadores comunistas eleitos nos sucessivos pleitos, dando nome de ruas e de praças aos guerrilheiros como forma de fazer homenagens. Ratificando, homenagens sinceras, mas que não aplacavam as dores nos corações das mães. Também, nesse período o PCdoB começava a editar e publicar as cartas que os guerrilheiros mandaram para as suas famílias no período da luta:

Queridos Pais,

Diante de tal situação atual, é preciso que se encare seriamente a questão de nossa vida e a que dedicá-la. Andei pensando bastante no assunto e cheguei a várias conclusões. Na análise que fiz pensei tudo; coloquei o específico dentro do conjunto, sei que nada adiantará

continuar a estudar. Pela própria situação do país, cada vez se torna mais difícil para os jovens se manterem nesse estado de coisa. Não há perspectiva para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim, que não consigo ser inconsciente e alienado a tudo o que se passa em volta. Sobre a proposta que me fizeram, cheguei à conclusão de que não posso aceitar, não posso largar tudo; seria atentar contra a minha própria consciência. E, para mim, essa consciência é algo de muita importância. Minha decisão é firme e bem pensada, para mim nada vale o enquadramento dentro do esquema. No momento, só há mesmo uma saída: transformar este país, e o próprio governo é que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta, enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social. O fato de eu não aceitar a proposta de vocês, não muda nada a minha atitude de filho com vocês. Gosto e considero muito vocês, mas temo que não compreendam a grandeza do caminho que vou tomar. Temo que não entendam a nobreza dos meus ideais. Estou de mudança e não tenho endereço, mesmo assim quero manter correspondência com vocês. Não se preocupem comigo, estou bem e seguro, não estou sozinho. Um grande abraço,
Guilherme. (MONTEIRO, 2005, p. 151-152)

Grosso modo, podemos dizer que na década de 80 foi o ajuste de contas com a verdade possível: que os seus filhos realmente não iriam voltar para as suas casas e que tinham sido enterrados em condições adversas, no coração da Amazônia, em cemitérios clandestinos. Ou seja, o Brasil voltava para a democracia e se reencontrava com os direitos políticos, ampliando os direitos sociais, bem como restituía os direitos civis. Porém, para um grupo específico de pessoas a cidadania estava incompleta, pois não trazia para junto de si os seus filhos. Tais sentimentos tinham amparo e reforço através de uma ampla rede de apoio nacional como o Grupo Tortura Nunca Mais, assim como pelo Comitê de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, também a solidariedade internacional com as Mães da Praça de Maio da Argentina, que vinham ao Brasil fazer homenagens e apoio. Tais eventos promoviam uma circulação de apoio, opiniões e reciprocidade entre as pessoas que se sentiam vítimas do Estado (SOUSA, 2011).

Anos 90 e 2000 – a possível aceitação da morte

A década de 90 se abre com novas perspectivas para a luta, pois em 1994 quem assume a presidência do Brasil é Fernando Henrique Cardoso, um ex-perseguido político e exilado. Tal eleição trazia uma série de esperanças às famílias a fim de restabelecer os elos perdidos dos seus filhos, mesmo que os fios das suas memórias estivessem ainda muito vivos e presentes (BOSI, 1994). Foi, digamos assim, o momento do acerto de contas. Neste período, mais próximo da verdade, pois FHC conseguiu editar a Lei nº 9.1407 (BRASIL, 1995) que reconhecia oficialmente como mortes presumidas os guerrilheiros do Araguaia. Se a Anistia política ocorrida em 1979 foi a Anistia possível, dado pelo regime através da coerção militar. Neste momento, era o atestado de óbito possível que o Estado

entregava para a família – digamos possível, pois somente entregava o atestado de reconhecimento do óbito, mas não havia a entrega dos corpos e tampouco a sua possível localização, logo a luta continuava.

Dona Julieta nunca foi comunista, sabia que seus filhos andavam às voltas com o PCdoB e jamais reclamou da militância. Durante a guerrilha, recebeu alguns bilhetes dos filhos, curtos e enigmáticos. Sabia que não podiam dar detalhes e não tinha ideia de onde encontrá-los. [...] como não viu os corpos dos filhos, jamais se convenceu de que estavam mortos. Até a anistia, em 1979, achava que viviam no exílio. Depois, pensou que estavam em alguma prisão militar. Só então é que lhe contaram que sua filha havia morrido numa emboscada no Pará. Também lhe disseram que esse, provavelmente, fora o destino de seus outros dois filhos. Dona Julieta apenas chorou. Chorei durante anos seguidos, todas as horas do dia, mas agora cansei de chorar [...] Nos últimos três anos, chegou a ir a Brasília várias vezes para conversar com deputados do PT. [...] “Já estou muito velha”, diz. “Quando descobrir onde eles foram sepultados, então estarei pronta para encontrá-los no além. Seria o maior prêmio que Deus poderia me dar (JUNQUEIRA, Revista Veja, 1996, p. 89).

Neste ínterim, na década de 90, devemos realçar que havia ainda inúmeras sanções da corporação militar, principalmente, acerca dos arquivos secretos em que poderiam haver várias respostas às perguntas, como por exemplo: 1) Quem morreu? 2) Onde morreu? 3) Onde foram enterrados? E o mais perigoso, 4) Quem os matou? Com a desculpa de evitar revanchismo as forças armadas continuavam imputando a lei do silêncio. Ou seja, se antes havia a “História Oficial” na década de 70, depois a “História Institucional” do PCdoB, na década de 90 começa a ser gestada a “História Real” (com muitas limitações). Neste momento, os agentes políticos de esquerda começavam a ganhar cargos políticos nas eleições ao longo da década, assim como começou a haver uma maior produção acadêmica de teses e dissertações sobre o período, mesmo assim com grandes lacunas acerca da Guerrilha do Araguaia.

Tal fato é compreensível, haja vista a guerrilha urbana do eixo Sul e Sudeste do Brasil era mais visível e com material empírico muito mais tangível do que realizar pesquisa de campo numa região muito distante no Brasil como a Amazônia. Podemos dizer que na década de 90 começaria a haver uma virada, de fato, das pesquisas sobre a esquerda acerca da memória política e da ditadura militar, uma vez que desse momento em diante realmente se podia fazer pesquisa sem sofrer sanções e coerções. Da parte das vítimas do período era a hora da verdade, melhor dito, poderia se falar do que aconteceu, mas não poderia haver ainda a criminalização dos agentes da repressão que cometeram as arbitrariedades das torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres.

Devemos realçar que a produção da pesquisa acadêmica e denúncia das vítimas do período foram ao encontro do ascenso da vitória nas urnas da esquerda brasileira (AYDOS & FIGUEIREDO, 2013). Também, ocorreu uma mitificação dos sobreviventes da ditadura (ex-presos políticos) como heróis do povo brasileiro, transformando essa construção do herói em capital de distinção e, conseqüentemente, em voto nas urnas. A esquerda definitivamente conquistaria o governo em 2002, O PCDOB E A GUERRILHA DO ARAGUAIA... | César Alessandro Sagrillo Figueiredo | Mauro Meirelles

através da vitória do governo Lula com o PT e, posteriormente, com Dilma Rousseff; portanto, foi o momento que os velhos personagens da luta contra a ditadura conquistaram o poder, renovando, assim, as esperanças das combalidas e incansáveis famílias nas buscas dos seus familiares desaparecidos. Dilma edita a lei (Lei 12528/2011), que estabelece os parâmetros da Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante o seu mandato em 2011, com o intuito de buscar a apuração dos fatos. Porém, mesmo assim não conseguiu a abertura dos arquivos da corporação militar, logo, os paradeiros dos corpos continuavam sem ser revelados a sua localização.

No entanto, a despeito das limitações da Comissão Nacional da Verdade, conseguiram buscar informações preciosas, tanto evidenciando como ocorreram algumas mortes quanto conseguindo imputar culpa aos torturadores; no entanto, não conseguiram a criminalização dos torturadores e nem fazerem com que os corpos fossem entregues à família. Para os familiares dos desaparecidos políticos consideraram que houve muita timidez por parte do governo neste assunto, mesmo com as famílias reclamando e brigando pelo esclarecimento da Verdade e da Justiça. Assim, podemos dizer que houve pela família a aceitação da morte, mas não a aceitação da inércia da justiça brasileira para lidar com os seus entes queridos que não tiveram os seus corpos entregues, assim sendo, a dor e a luta continuaram de forma ininterrupta.

Em síntese, a década de 90 se abriu com uma perspectiva tímida de FHC, ampliada por Lula no início dos anos 2000 e continuada por Dilma a partir do seu mandato em 2011; porém, sem solução até o fim do seu mandato com o Golpe de 2016. Realçamos que essa situação era ainda mais delicada para Dilma, que esteve envolvida diretamente na luta armada nos anos 60 e 70. Mas, a respeito das famílias, especificamente, a luta das mães dos desaparecidos políticos acabou pelo próprio limite da idade e o fim de suas vidas; porém para os demais familiares a luta continuou. Melhor explicando: se antes eram as mães as porta-vozes na busca dos seus filhos mortos, neste momento recente há uma nova geração de sobrinhos, filhos e netos que assumem a busca dos corpos dos parentes como uma bandeira de luta da família, mantendo o legado da avó, do avô, do pai e da mãe. Ou seja, constatamos com a pesquisa e com as entrevistas que o fato da perda de um parente na família longe de trazer uma situação de naturalidade, ou mesmo um forçado esquecimento imputado pela corporação militar trouxera um drama e um trauma familiar coletivo que não se apagou, mantendo-se ativos na memória durante décadas (HALBWACHS, 1990), pois segundo a fala recorrente dos entrevistados: “falta alguém nas fotos e porta-retratos das famílias”.

Considerações Finais

Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse lamento?
Só queria lembrar o tormento
Que fez meu filho suspirar
Quem é essa mulher
Que canta o mesmo arranjo?
Só queria agasalhar meu anjo
E deixar seu corpo descansar
(Angélica, Chico Buarque, 1981)

Um ciclo de mais de 50 anos separa o advento do início da ditadura militar até a presente data, ruptura política que fora capaz de modificar a política do Brasil, no século XX, e trazer inúmeros traumas para as famílias até o presente século XXI. Certamente, são traumas que não se amainaram com a passagem de um presidente/ditador militar para um civil, pois esses são apenas os princípios básicos da garantia constitucionais da democracia e da cidadania que se espera que se exista no Brasil (DAHL, 2005).

Em síntese, a continuidade das mortes insolúveis sem a devida responsabilização das forças armadas, dos crimes inexplicáveis e dos corpos que não foram devolvidos para as famílias mantiveram-se até hoje, portanto as perguntas se perpetuam: como conciliar tanto trauma e tanto luto? São perguntas que ainda carecem de respostas que, talvez, futuramente poderiam ser mitigadas quando houver a elucidações dos crimes da ditadura militar. No tocante as mães que esperavam os seus filhos para serem velados e enterrados, estas faleceram sem ter o seu intento respeitado. Crimes insolúveis em face da não entrega dos corpos dos filhos, mantendo pela família uma eterna tensão de luto contra o Estado e, principalmente, de luta pela Verdade e Justiça.

Sendo que, convém realçar que, de acordo com as pesquisas de campo efetivadas na região do Araguaia, outras páginas de lutas se abrem sem encerrar esses enigmas da ditadura, pois a partir das pesquisas recentes chegam novas denúncias de mortes e de desaparecimentos de camponeses, bem como a ocorrência de sérias violações contra os direitos humanos aos moradores da região que colaboraram com a Guerrilha do Araguaia. Estas denúncias foram oficializadas através do trabalho da Comissão da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, durante o mandato de Dilma Rousseff (2011-2016) (BRASIL, 2017), revelando novas vozes de um velho dilema.

Assim sendo, contatamos que o dilema continua e com cargas dramáticas mais intensas, como era complicado para as vozes das mães nas cidades emprenderem à luta, imaginem a pouca

reverberação das vozes da carente população camponesa da região do Tocantins e Sul do Pará. Em síntese, um novo capítulo se abre sem encerrar outro, pois o drama das mortes e desaparecimentos políticos se perpetua quando se descobrem novas vítimas. Desta forma, as marcas da ditadura agora se mantêm, também, nas valas clandestinas dos camponeses da região do Araguaia que foram mortos e se encontram como desaparecidos políticos e clamando por solução, assim como por reparações efetivas por parte do Estado.

Bibliografia

- AUTRAN, Margarida. *Ofício de mãe*. A saga de mulher. Rio de Janeiro: Ed. Marco, s/d.
- AYDOS, Valéria & Figueiredo, César Alessandro S. A construção social das vítimas da ditadura militar e a sua ressignificação política. *Revista Interseções*. Rio de Janeiro, V. 15, n2, pp. 392-416, Dez/2013.
- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BRASIL. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro, 1995. Reconhece como mortas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 30 de maio de 2013.
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm. Acessado em 19 de junho de 2018.
- BRASIL. *Crimes da ditadura*. Brasília: Ministério Público Federal, 2017.
- BUARQUE, Chico. Angélica. In.: Chico Buarque. *Almanaque*. Rio de Janeiro: Ariola/Philips, 1981. faixa 3 lado B.
- CARONE, Edgar. *O P.C.B (1922-1943) Volume II*. São Paulo: Ed. Difel, 1982.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.
- CARVALHO. Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do holocausto. In. SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org). *História, memória e literatura*. O testemunho na era das catástrofes. São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela Castro. *Escrita de si, escrita da história: A título de prólogo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 1990.

JUNQUEIRA, Eduardo. Cansei de chorar: Peritos identificam a primeira ossada e revela-se o de uma mãe que perdeu três filhos na luta no Araguaia. *Revista Veja*. 22 de maio, 1996

MONTEIRO, Adalberto Et All. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La probelmatique dès lieux. In.: NORA, Pierer (org) *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.

PAIVA, Maurício Vieira. *Companheira Carmela: A história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro: Ed. Maud, 1996.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Documentos Históricos*. Resoluções da VI Conferência do PCdoB. In.: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In.: *Estudos Históricos*. Vol2, N.3, Rio de Janeiro, Vértice, pp. 3-15, 1989.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1980.

SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. 2 Edição (revisada e ampliada). São Paulo: Proposta Editorial, s/d.

SOUSA, Deusa Maria. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. 2011. 235 f. Tese de doutorado em História. Universidade federal de Sana Catarina.

ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares nas transições brasileiras, argentinas e espanholas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 19, pp. 56-65, 1992.

Recebido em: 18 de outubro de 2017

Aceito em: 26 de abril de 2018